



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
LICENCIATURA INTEGRADA EM HISTÓRIA E GEOGRAFIA**

CLÁUDIO PATRÍCIO SOUZA GEMAQUE

**O JESUÍTA, O INDÍGENA E O COLONO NA AMAZÔNIA SEISCENTISTA: UM
ESTUDO DE TRÊS CARTAS ÂNUAS DO PADRE JOÃO FELIPE BETTENDORFF
NOS ANOS DE 1671 E 1674.**

Santarém

2022

CLÁUDIO PATRÍCIO SOUZA GEMAQUE

**O JESUÍTA, O INDÍGENA E O COLONO NA AMAZÔNIA SEISCENTISTA: UM
ESTUDO DE TRÊS CARTAS ÂNUAS DO PADRE JOÃO FELIPE BETTENDORFF
NOS ANOS DE 1671 E 1674.**

Trabalho de conclusão de curso – modalidade artigo -
apresentado ao curso de Licenciatura Integrada em
História e Geografia, do Instituto de Ciências da
Educação (ICED) da Universidade Federal do Oeste do
Pará (UFOPA), como requisito parcial à obtenção do
grau em Licenciado em História.

Orientador: Dr. Gefferson Ramos Rodrigues

Santarém

2022

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

G322j Gemaque, Cláudio Patrício Souza

O jesuíta, o indígena e o colono na Amazônia seiscentista: um estudo de três cartas Anuais do Padre João Felipe Bettendorff nos anos de 1671 e 1674 . / Cláudio Patrício Souza Gemaque. – Santarém, 2022.

27 p.: il.

Inclui bibliografias.

Orientador: Gefferson Ramos Rodrigues.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Curso de Licenciatura Integrada em História e Geografia.

1. Cartas Anuais. 2. Amazônia colonial. 3. Missão jesuíta . I. Rodrigues, Gefferson Ramos, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 981.032

CLÁUDIO PATRÍCIO SOUZA GEMAQUE

O JESUÍTA, O INDÍGENA E O COLONO NA AMAZÔNIA SEISCENTISTA: UM ESTUDO DE TRÊS CARTAS ÂNUAS DO PADRE JOÃO FELIPE BETTENDORFF NOS ANOS DE 1671 E 1674.

Trabalho de conclusão de curso – modalidade artigo - apresentado ao curso de Licenciatura Integrada em História e Geografia, do Instituto de Ciências da Educação (ICED) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), como requisito parcial à obtenção do grau em Licenciado em História.

Conceito: 8.5

Data de Aprovação: 17/ 02/ 2022

Dr. Gefferson Ramos Rodrigues – Orientador
Universidade Federal do Oeste do Pará

Dra. Vanice Siqueira de Melo
Universidade Federal do Oeste do Pará

Santarém

2022

AGRADECIMENTOS

A meu pai Ossosí, e a todos os orixás do candomblé e as entidades da umbanda que acompanham e dão axé a minha trajetória de vida e ter consentido superar todos os entraves encontrados ao longo do meu curso e da realização deste trabalho. Agradeço também a uma mulher do plano espiritual chamada Maria Padilha, que sempre olhou por mim.

Aos amigos e familiares Maria Ocy Oliveira Martins e Manuel da Silva Martins Neto por toda amizade, ajuda e acolhimento durante os anos do curso e que sempre me cobraram boas notas e dedicação. A minha amiga querida do curso de História, Geane Silva que deu dicas importantes sobre o trabalho em momentos de branco total. Meu muito obrigado a minha turma de História 2014 que me ensinou que apesar das diferenças de credos, classes, orientações etc... Nos uníamos quando era necessário em prol de um bem comum.

Ao professor Gefferson Ramos Rodrigues por ter sido meu orientador e ter aceitado esse árduo trabalho de me conduzir até aqui. Risos. Não esquecendo do professor Karl Arenz que foi o fornecedor de minhas fontes e que tive o privilégio de ter sido seu aluno e a todos os professores do curso de História, Douglas Xavier, André Dionei, Gustavo Sousa, Eveline Almeida, Isabel Augusto, Vanice Mello, a professora da Arqueologia Anne Rapp Py- Daniel responsável pelo projeto “Arqueologia nas Escolas, histórias da Amazônia” do qual fiz parte como bolsista pesquisador e foi a origem do tema do meu artigo.

RESUMO

Este trabalho visa apresentar a relação que os diferentes sujeitos construíram durante o período colonial, destacando a interação entre missionários religiosos, colonos e indígenas. Levando em consideração, quando falamos de missões religiosas no Brasil colonial, que os diferentes sujeitos dispuseram de alteridade na intenção de alcançarem seus objetivos, construindo relações entre si, que foram muito mais complexas do que a simples obediência à coroa portuguesa e que merecem destaques. A partir da análise de cartas ânuas escritas pelo padre João Felipe Bettendorff, nos anos de 1671 e 1674, enquanto este estava como Superior da Missão Jesuíta na Amazônia, verificou-se que a relação entre os indivíduos partícipes no processo de colonização girava em torno do acesso da mão de obra indígena, e era esta que definia as alianças e as relações de poder, onde cada grupo punha em prática suas influências para ter acesso ao que desejavam.

Palavras-Chave: Cartas Ânuas. Amazônia colonial. Missão Jesuíta.

ABSTRACT

This paper aims to present the relationship that different subjects built during the colonial period, highlighting the interaction between religious missionaries, settlers, and indigenous people. Taking into account, when we talk about religious missions in colonial Brazil that the different subjects disposed of otherness with the intention of reaching their goals, building relationships among themselves that were much more complex than the ones that built in the colonial period. To achieve their goals, building relationships among themselves that were much more complex than the simple obedience to the Portuguese crown and that deserves to highlight. From the analysis of annual letters written by the priest João Felipe Bettendorff, in the years 1671 and 1674, while he was Superior of the Jesuit Mission in the Amazon. It verified that the relationship between the individuals participating in the colonization process revolved around the access to indigenous labor, and that defined the alliances and power relations where each group put into practice their influences to have access to what they wanted.

Keywords: Annual Letters. Colonial Amazonia. Jesuit Mission.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	07
2	OBJETIVO.....	10
3	O APELO NAS CARTAS.....	11
4	ALDEAMENTOS E DECIMENTOS.....	14
5	RELAÇÃO COM OS COLONOS NA AMAZÔNIA.....	18
6	RELAÇÃO COM OS INDÍGENAS.....	23
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
	REFERÊNCIAS	27
	ANEXOS.....	30

1. INTRODUÇÃO

A abordagem sobre as missões católicas na América colonial está ligada, recorrentemente, aos aldeamentos missionários, por estes serem parte fundamental do projeto de evangelização nos primeiros séculos de colonização europeia no continente americano. Para Maria Regina Celestino de Almeida (2003), as aldeias religiosas serviram não somente às intenções da catequese, mas também, aos objetivos da colonização, tendo funções e significados distintos para índios, colonos e missionários. Diante dessa visão, a autora argumenta:

Os aldeamentos foram o palco para a inserção das populações indígenas na ordem colonial e, a julgar pelas intensas disputas que se estabeleceram em torno deles, pode-se inferir o considerável interesse que despertavam nos vários segmentos sociais da Colônia. Índios, colonos, missionários e autoridades locais e metropolitanas enfrentavam-se na legislação e na prática por questões relativas à realização de suas expectativas quanto à formação e ao funcionamento dessas aldeias (ALMEIDA, 2003, p. 80).

Almir Diniz de Carvalho Junior (2005) afirma que o apoio das ordens religiosas era imprescindível para se consolidar os objetivos lusitanos no território norte brasileiro. O autor pontua que “Conquistar a terra significava também conquistar os homens. Sem a força dos braços aliados seria impossível expulsar as outras nações europeias. Os portugueses não tinham dúvidas quanto a isto” (CARVALHO JUNIOR, 2005, p. 55). Dessa forma, ter os missionários religiosos como aliados era importante para a Coroa portuguesa, não só para cumprir o processo de domínio do território, mas também, para o domínio e controle dos nativos e da população que aqui habitavam. Diante disso, é importante destacar o que é defendido por Almir Diniz de Carvalho Junior (2005):

[...]o uso das ordens religiosas pelas coroas ibéricas e particularmente Portugal, na expansão da fronteira de seus domínios coloniais era insubstituível. Como bem assinala Boxer, elas foram o esteio do domínio colonial naquelas regiões fronteiriças. Com elas, era possível muitas vezes às Coroas alcançarem seus objetivos de expansão e controle territorial sem a necessidade do uso de suas forças militares de maneira extensiva, o que tornava menos onerosa esta tarefa. Ao mesmo tempo, mesmo longe das missões fronteiriças, o papel das ordens religiosas nas colônias, na falta de guarnições militares suficientes, era essencial para manter a ordem e lealdade da população colonial (CARVALHO JUNIOR, 2005, p. 87).

Assim, os missionários religiosos no Brasil não tinham somente a obrigação de conversão espiritual dos povos ameríndios, mas também, convertê-los ao domínio político europeu, cumprindo o papel de protetores das fronteiras ameaçadas.

Dentre as várias ordens religiosas que vieram para a colônia portuguesa, com o objetivo de evangelizar, a Companhia de Jesus foi umas das que ganhou destaque por desenvolver suas práticas voltadas ao projeto educacional, conseguindo despertar a simpatia dos governantes e posteriormente a autonomia para estabelecer e consolidar sua pedagogia. Tamanha foi a importância de sua atuação em terras brasileiras, que ainda é a que mais se destaca na historiografia sobre a catequização de indígenas no Brasil colonial.

O método de catequização adotado pela Companhia de Jesus tinha o objetivo de transformar, através do processo didático, não só os indígenas, mas a todos que viviam nas terras da colônia portuguesa. E isso permitiu que os religiosos desta ordem interferissem direta ou indiretamente na formação da sociedade colonial brasileira. O processo de evangelização dos missionários jesuítas lhes garantiu vantagens em relação as outras ordens religiosas na colônia portuguesa na América. Sobre a influência exercida pelos missionários da companhia de Jesus no Brasil colonial, pode-se entender que:

A esse processo damos o nome de hegemonia, tal como escreveu Gramsci, para quem, um grupo social, ao tornar seus valores aceitos e incorporados pelos demais, torna-se também dirigentes, mesmo quando minoritário – como foi o caso dos Jesuítas. Obviamente, trata-se de um processo eminentemente cultural, mas com claras vinculações políticas, pois, no caso dos jesuítas, eles forneceram as bases ideológicas necessárias para dominação política dos colonizadores em decorrência do padroado, isto é, não havia separação entre o Estado e a Igreja Católica em Portugal[...] (OLIVEIRA apud BITTAR e FERREIRA JUNIOR, 2014, p. 51-52).

Esta visão de que as intenções dos missionários serviram aos propósitos de dominação colonial da corte portuguesa, é bem visível nas fontes e bastante defendida na historiografia, que busca analisar a relação que havia entre os agentes da colonização. No entanto, se olharmos apenas por esse viés, não veremos que as relações, que se construíram durante essas missões, foram muito mais complexas do que a simples obediência a coroa portuguesa. Karl Arenz (2014) quando trata das missões religiosas no Brasil, especificamente na região amazônica, diz que:

Com a dupla função de conversão à religião cristã e de integração à economia colonial, a rede de missões moldou a “fronteira granular” nos confins amazônicos. A situação fronteiriça marcou, também, a vida no interior dos aldeamentos onde a evangelização, longe de resumir-se a um discurso dogmático aglutinador, desencadeou processos espontâneos e imprevistos que inflectiram nas visões do mundo e nas práticas culturais dos agentes sociais envolvidos. De fato, ritos e hábitos, foram constantemente resinificados ao ponto de engendram uma crescente convergência nos planos simbólico e social (ARENZ, 2014, p. 64).

Dessa forma, ao tratarmos das missões religiosas na Amazônia durante o período colonial, devemos entender que estas tiveram aspectos muito peculiares, que foram além do simples

cumprir ordens lusas. Devemos levar em consideração, quando falamos de missões religiosas na Amazônia portuguesa, que os diferentes sujeitos dispuseram de alteridade na intenção de alcançarem seus objetivos, construindo relações entre si, que merecem destaques. Como é pontuado por Almir Diniz de Carvalho Junior (2005), houveram muitas divergências em relação aos interesses, atividades e regras dos missionários religiosos e coroa portuguesa, mostrando que nem sempre havia consenso sobre as intenções das atividades relacionadas ao processo de colonização. Discordâncias essas que estão bem explicitas nos documentos que tratam destes pontos. Diante disso, Carvalho Junior assevera:

É fácil encontrar nos documentos conflitos muitas vezes acirrados entre o clero secular e o clero regular e, mesmo dentro do clero regular, não é incomum observar conflitos os mais variados entre as diversas ordens religiosas que tomaram para si a tarefa de auxiliar as coroas ibéricas na conquista espiritual de seus novos vassalos. Esses conflitos perduraram por todo o período colonial na Amazônia portuguesa e interferiram profundamente nas relações entre os diversos atores da colonização e no próprio processo de conversão dos novos cristãos índios (CARVALHO JUNIOR, 2005, p. 85).

O interesse pela temática surgiu durante o desenvolvimento do Projeto “Arqueologia nas escolas: Histórias da Amazônia” do Programa de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), ao qual fui bolsista. Com o objetivo de aproximar os alunos da educação básica e de ensino médio aos fatos históricos relacionados com a Amazônia, o projeto elaborou e construiu material didático abordando a história das cidades de Santarém e Monte Alegre no estado do Pará, tendo como base as áreas do conhecimento como a Arqueologia e Antropologia e História. Dessa forma, me propus a aprofundar sobre o fundador da cidade de Santarém, o padre jesuíta João Felipe Bettendorff.

A partir de então, foi feito levantamento bibliográfico, sendo selecionado textos que tratavam sobre João Felipe Bettendorff, seus escritos e as missões jesuítas no período em que este esteve missionário religioso na Amazônia. Durante a pesquisa foram coletadas informações, bastantes relevantes, assim como acesso a alguns escritos e obras feitos pelo Padre. A partir das informações surgiram os questionamentos que tentaremos discorrer ao longo deste trabalho, através da análise das fontes selecionadas. Optamos por analisar Cartas ânuas¹ escritas pelo padre João Felipe Bettendorff no século XVII, no intuito de verificar o cotidiano da Missão Jesuíta na Amazônia durante o mesmo século e entender a relação que os diferentes sujeitos construíram no contexto dessas missões. Para isso, selecionamos três cartas escritas em

¹ Para entender mais sobre Cartas ânuas ler LONDOÑO, Fernando Torres. Escrevendo Cartas. Jesuítas, Escrita e Missão no Século XVI. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 22, nº 43, p. 11-32, 2002.

fevereiro de 1671 denominada “*NÃO SAULOS, MAS PAULOS*”: *UMA CARTA DO PADRE JOÃO FELIPE BETTENDORFF DA MISSÃO DO MARANHÃO*”. Em agosto de 1671, a carta chamada “*CARTA ÂNUA DO PADRE JOÃO FELIPE BETTENDORFF, [Superior] DE TODA A MISSÃO DO ESTADO DO MARANHÃO, AO NOSSO MUITO REVERENDO PAI, O PADRE JOÃO PAULO OLIVA, PREPÓSITO GERAL DA COMPANHIA DE JESUS*” e em março de 1674 a “*AGONIA DA MISSÃO – RUÍNA DA MISSÃO*”: *UMA CARTA DO PADRE JOÃO FELIPE BETTENDORFF*”, enquanto estava superior da Missão Jesuítica no Estado Maranhão.

2. OBJETIVO

As cartas que são objeto de pesquisa deste trabalho, manifestam o que é conceituado por Karl Arenz (2016), como narrativas interculturais, que nos permite visualizar o contexto em que as missões religiosas jesuítas estavam inseridas na Amazônia, no período em que estas foram atuantes nesse espaço, assim como as relações que foram criadas em torno destas. E é em cima das relações que o estudo desse artigo analisa, como se deu a convivência entre os três grupos que, de alguma forma, tinham que aprender a viver em comunidade para assim dar ao intuito colonizador seu real motivo de estar na Amazônia.

A partir disso, é necessário aprofundar conhecimento sobre a relação, que perpassa os interesses da colonização, construída entre os diferentes personagens, como também saber de que forma essas relações influenciaram na resolução de conflitos entre os interesses dos distintos grupos, para que possamos entender a atuação das missões religiosas no processo de colonização na Amazônia.

Sobre utilizar cartas ânuas como fonte históricas, Fernando Torres-Londoño (2007) caracteriza:

A documentação missionária, em particular os informes dos superiores das missões, mostra como as reduções se formaram em um longo processo de contato por aproximação e relação entre índios e jesuítas e aponta para uma construção gradual sujeita a avanços, estagnações e retrocessos (LONDOÑO, 2007, p. 194).

Nas palavras de Alcir Pécora em “A arte das cartas jesuítas do Brasil” ele afirma que:

As cartas trocadas a partir do Novo Mundo, vão, por assim dizer, construindo o caminho que, depois, anacronicamente, pensamos existir antes ou independentemente da andança delas. Assim, o que quero dizer, e esforço-me para demonstrá-lo, é que as cartas não testemunham, nem significam nada que a sua própria tradição e dinâmica formal não possam acomodar. Bem ao contrário, os seus conteúdos mais complexos, como o índio ou o jesuíta, ou ainda melhor, o índio do jesuíta são funções estritas dessa acomodação histórica de gêneros (PÉCORA, 2001, p. 18).

De acordo com Arenz, João Felipe Bettendorff, em trinta e sete anos que fez parte da Missão do Maranhão, escreveu cinquenta e três cartas, relatórios e declarações oficiais de sua autoria

(ARENZ, 2010 p.60), entre elas estão as três cartas que foram traduzidas do latim para o português por Karl Arenz e que por isso foram as cartas selecionadas como fontes para análise. Sobre a escrita das cartas jesuítas Almir Diniz de Carvalho Junior (2005) exemplifica as intenções contidas nos escritos dos missionários da Companhia de Jesus. O autor revela que:

Implícito nestas cartas estava o objetivo de servir como instrumento para divulgar as conquistas da Companhia promovendo, com isto, sua legitimidade. Os relatos edificantes criavam uma imagem idealizada da missão. Era de interesse que as missões se tornassem visíveis e admiradas pelo público, muitas vezes seus próprios financiadores. Ao mesmo tempo, era necessário que se filtrassem as informações tornando os problemas e a ineficiência da empresa invisíveis para o leitor. Neste sentido, tais cartas eram escritas sem nenhuma ingenuidade. Tinha-se sempre em mente os destinatários e suas cópias eram espalhadas pela maior parte possível do globo (CARVALHO JUNIOR, 2005, p. 157).

Ainda que as cartas jesuíticas filtrassem as informações sobre o mal andamento das missões, as cartas que selecionamos como fontes têm riquezas de detalhes não só sobre o cotidiano dos envolvidos no processo de colonização na Amazônia, do século XVII, mas também nos dá pistas da decadência da missão religiosa da Companhia de Jesus neste mesmo período.

3. O APELO NAS CARTAS

O que as três cartas têm em comum é o apelo que João Felipe Bettendorff faz pelo envio de mais religiosos para trabalhar na Missão do Maranhão. No entanto, as cartas possuem características de escrita distintas, que dependendo do contexto o Padre é mais ou menos enfático em suas palavras.

O que vemos é que a insistência do Padre pelo envio de mais pessoas para a Amazônia se dá pelo fato dele acreditar que a quantidade reduzida de religiosos disponíveis para atender a demanda de trabalho, que relata serem muitos e diversos, dificultava a expansão ou até mesmo a manutenção dos trabalhos missionários na região. Em vários trechos das cartas ele é enfático dizendo ser praticamente impossível de executar as tarefas necessárias para o desenvolvimento da Missão sem o auxílio de mais missionários. A seu ver, esse é o motivo pelo qual a Ordem Religiosa da Companhia de Jesus estava perdendo o controle e o domínio da legislação indígena. Isso ele aponta no final da terceira carta analisada:

Vossa Reverenda Paternidade olhe com complacência àquilo que aqui escrevi até agora de boa-fé. Eu o faço não para que eu obtenha um aplauso vão, mas para que Deus seja glorificado, e para que Vossa Paternidade conheça o que está acontecendo entre estes poucos e abandonados filhos da Companhia de Jesus. Quatro residências dependem deste colégio e os missionários percorrem a extensão de duzentas léguas com o máximo de trabalho e diligência. Ao Padre Gaspar Misch é confiada toda a nação dos Nheengaibas e todo o rio das Amazonas. Ele faz sozinho o que caberia a

oito ou dez missionários eficientes realizar. Eu suplico: Vossa Reverenda Paternidade socorra esta missão que está entrando em agonia antes que, para a nossa grande vergonha, ela expire e seja cedida aos frades mercedários, carmelitas ou aos de Santo Antônio (BETTENDORFF, 1674, f. 36v. trad. ARENZ, 2009, p. 159).

É notável, nos trechos escritos por Bettendorff, a disputa entre as diferentes ordens religiosas que se instalaram na Amazônia pela administração das aldeias indígenas, como também é perceptível a grande preocupação do Padre em manter a influência da Companhia de Jesus perante as autoridades e população local.

A primeira carta é densa, escrita em seis folhas, frente e verso, onde o Padre João Felipe Bettendorff utiliza versículos bíblicos e trechos de escritos religiosos, como os de Agostinho de Hipona e de Tomás de Aquino, na tentativa de convencer os religiosos da Companhia de Jesus, que se encontravam disponíveis na Europa, a virem fazer parte da missão na Amazônia. Esta carta segue exatamente o que Fernando Torres Londoño (2002) aponta como o objetivo de todas as cartas jesuítas. Segundo Londoño,

Qualquer notícia deveria primeiro edificar, e para conseguir consolação nada melhor que mostrar os avanços da glória divina nas obras e ações apostólicas dos padres e irmãos. Sendo este o objetivo, a missiva não poderia ser deixada ao acaso das impertinências cotidianas dos padres ou à intensidade de seus sentimentos espirituais. Escrevendo para serem lidos por muitos outros, os padres deveriam ter a consciência de que estavam produzindo um texto para ser interpretado e lembrado (LONDONO, 2002, p. 18).

Nesta primeira carta, escrita em fevereiro de 1671 Bettendorff tenta mostrar, de maneira insistente, os benefícios e vantagens que os confrades obteriam, caso viessem fazer parte da Missão por ele comandada. Com vários argumentos ele tenta convencer que a missão religiosa do Maranhão, devia ser preferida e ter prioridade em relação as demais, já que ela possuía os requisitos esperados para o trabalho dos missionários jesuítas. Assim, num apelo e tentativa de persuadir os demais ele escreve:

Se, de fato, é assim – como provei que é – não sei quem não deve ser encorajado para ir as missões, porque nesse lugar nada parece ser melhor ou mais vantajoso para ele. Eu ainda disse pouco: nada pode ser mais glorioso. E, de fato, pergunto com insistência, o que pode ser dito ou pensado de mais glorioso do que: os próprios missionários, homens apostólicos, são a glória de Cristo, e os que foram a Deus através de seu esforço são a gloria dos missionários (BETTENDORFF, 1671, fl. 280v. trad. ARENZ, 2013, p. 306).

Já a segunda carta, escrita em agosto de 1671, é composta por relatos e descrições das atividades desenvolvidas pelos missionários na região. Porém, Bettendorff não só descreve os fatos em que os religiosos jesuítas estavam envolvidos, mas também os utiliza como justificativa para a

urgência no envio de missionários que pudessem auxiliar nas atividades de evangelização. Neste documento o Padre é crítico ao solicitar o auxílio de mais pessoas para os trabalhos missionários na região, alegando que as justificativas expostas, por alguns, ao se oporem em vir para o trabalho religioso na Amazônia, são vagas e infundadas. Dessa forma, ele sugere que seu pedido seja atendido, e que seja usado o poder da autoridade dos superiores responsáveis, se necessário for, para pressionar a vinda de mais religiosos para a Missão na Amazônia. Assim ele assevera:

[...] de Portugal não há nada nesta questão, pois eles não querem vir. Resta que Vossa Paternidade os obrigue a vir aqui, pois é [responsável] de todos nós; por isso, é chamado de Nosso Pai.

Regra nº 3 das Constituições: “É inerente à nossa vocação percorrer lugares diversos e viver em qualquer parte do mundo, onde se espera a maior submissão a Deus e assistência às almas.” Em virtude disso, como se espera justamente nesta missão, sem dúvida alguma, a maior submissão a Deus e a maior assistência às almas, todos – e cada um individualmente – devem ser obrigados a vir até aqui e, por conseguinte, devem ser enviados mesmo contra sua vontade; em caso contrário, eles não correspondem certamente à santa vocação (BETTENDORFF 1671, 266v-267r. trad. ARENZ, 2014, p. 27).

A terceira carta é a menos extensa das três fontes analisadas. Ela foi redigida em março de 1674 em apenas duas folhas, frente e verso, e o conteúdo mais parece um inventário dos bens que a Missão Jesuíta do Maranhão possuía, ou que ainda seriam agregados, pois nesta carta Bettendorff é mais efusivo sobre a aquisição e manutenção de bens que foram doados em prol dos trabalhos missionários na Amazônia. Mesmo com essa característica, é perceptível a indignação do Padre pelo descaso dos superiores da ordem na Europa, que mesmo com a constante insistência dele, seus apelos não foram atendidos. Ele revela também a preocupação pelo futuro da missão a qual ele estava encarregado como superior. Isso fica muito claro já no início da redação dessa correspondência onde ele declara o seguinte:

Escrevo em pormenor à vossa Reverenda Paternidade as últimas palavras da Missão do Maranhão que está agonizando. São dez anos que esta pobre Missão está vivendo em desolação, em parte por causa da expulsão dos obreiros executada por pessoas malévolas, em parte devido a negação dos recursos absolutamente necessários, e mais ainda, em razão da dispersão por outras regiões dos que a ela pertencem, e por causa de outros não poucos incômodos que afligem o corpo e a alma. O que até agora foi tantas vezes implorado junto à Vossa Reverenda Paternidade por cartas e não sei qual o infortúnio delas – não foram atendidos com êxito. E penso que não pode ser atendido, se a Vossa Reverenda Paternidade não Ordene, com base no voto da obediência, que ao menos aqueles que pertence à Missão voltem o mais rápido possível para cá sem reclamar (BETTENDORFF, 1674, f. 35r. trad. ARENZ, 2009, p. 154).

Não sabemos o número total de religiosos ativos na Missão no período em que Bettendorff escreveu a terceira carta aqui analisada, ou seja, em março de 1674. Mas sabemos a partir das fontes, que três anos antes, 1671, haviam 25 missionários (ARENZ, 2010, p. 42). Estes são os que conseguiram se manter na Colônia depois da primeira expulsão dos Jesuítas do Brasil.

Pelos relatos na carta, a resistência dos religiosos em vir para a Missão na Amazônia, era pela visão que eles tinham da região, o que causava receio pelos perigos que pudessem enfrentar, e por isso, preferiam se voluntariar a trabalhos religiosos em outros lugares, como é o caso da Missão no Oriente.

Por várias vezes Felipe Bettendorff deixa claro qual é a visão que os europeus tinham sobre a Amazônia, e aqui damos destaque a um trecho da carta redigida em fevereiro de 1671, onde expõe com clareza qual é essa percepção:

Parece-me que ouço alguns dizer: “Sem dúvida, nós partiremos em missão, mas a Missão do Oriente e não do Ocidente. Pois – assim eles falam – a missão do Maranhão é muito pobre, habitada por gente abjeta, rude, bárbara e ingrata. Ela é cheia de trabalhos, incômodos e ofensas. Há muitos coadjutores e iletrados. Ela é extremamente perigosa, pois corre-se o risco de perecer no mar e de ver a castidade ameaçada em terra. Enfim, ela carece de toda esperança de poder morrer mártir. Como todas as coisas mostram ser contrárias daquelas que se encontram na Missão das Índias Orientais, devemos escolher, antes de tudo, esta do que aquela” (BETTENDORFF, 1671, fl. 281r. trad. ARENZ, 2013, p. 308).

Nos documentos analisados não foi possível esclarecer os motivos certos que fizeram com que os membros da Ordem religiosa, ao qual Felipe Bettendorff era membro, não auxiliassem os missionários que se encontravam na Missão Amazônica. Porém, podemos inferir, a partir das fontes, que um dos motivos foi a possibilidade de que as cartas escritas e enviadas pelo Padre não tenham chegado aos seus destinatários.

4. ALDEAMENTOS E DESCIMENTOS

A catequese era parte fundamental do projeto colonial, pois, “converter e civilizar” os ameríndios era a forma de garantir as alianças com esses povos e, conseqüentemente, os interesses da colônia. Maria Regina Celestino de Almeida diz que o sucesso de tal intuito estava diretamente relacionado e “dependia fundamentalmente do sucesso do empreendimento colonial, ao qual os jesuítas igualmente se dedicaram.” (ALMEIDA, 2003, p. 82). O meio mais prático de desenvolver tal objetivo era através dos aldeamentos missionários.

De acordo com Karl Arenz (2014) os aldeamentos missionários surgiram para alcançar os propósitos da evangelização, tido pelos colonizadores como “imprescindível para resgatar o “selvagem” de sua vida desordenada e reintegrá-lo à humanidade.” (ARENZ, 2014, p. 68).

Para Beatriz Perrone Moisés “O aldeamento é a realização do projeto colonial, pois garante a conversão, a ocupação do território, sua defesa e uma constante reserva de mão-de-obra para o interesse econômico da colônia” (MOISÉS, 1992, p. 120). Assim, podemos dizer que aldear os indígenas era uma prática primordial tanto para os objetivos da evangelização quanto da colonização, já que aqueles estavam diretamente ligados a estes.

Como elucida Maria Regina Celestino de Almeida (2003), os aldeamentos adquiriam diferentes significados e funções, a partir das expectativas de cada grupo (indígenas, colonos e missionários), que dependendo do período histórico se alteravam conforme “as alianças e disputas que se estabeleciam entre eles na vivência colonial” (ALMEIDA, 2003, p. 80). Com isso, a administração das aldeias missionárias era o palco de interesse dos diferentes grupos sociais envolvidos na colonização, que disputavam entre si as vantagens e privilégios que a função concedia. “Na pessoa dos administradores das aldeias, encontram-se investidos os dois grandes motivos de toda colonização, marcados, na prática, pela contradição: a conversão e civilização dos índios e sua utilização como mão-de-obra essencial.” (MOISÉS, 1992, p. 120). Como já destacamos, os Jesuítas adquiriram vantagens na administração dos indígenas, não só na catequese, mas também na administração do trabalho nos aldeamentos. Dessa forma, as principais desavenças entre colonos e os religiosos se dava pela discordância em relação ao trabalho indígena. Felipe Bettendorff destaca que o excesso de trabalho imposto pelos colonos aos índios, atrapalhava o processo de evangelização destes. Assim o Padre destaca:

Na Residência do Espírito Santo na Ilha do Sol morava o Padre Gonçalo de Veras; na de Mortigura o Padre Pedro da Silva; em Cameté o Padre Manuel Nunes – todos eles realizavam ações brilhantes fazendo seus deveres e sofriam muito, porque os portugueses não dão aos índios sossego do qual eles precisam para poder alcançar a salvação (BETTENDORFF, 1671, 265v. trad. ARENZ, 2014, p. 22).

Muitas vezes os indígenas se aliavam aos religiosos, ainda que isso significasse aceitarem serem aldeados, pois adquiriam vantagens. Beatriz Perrone Moisés (1992) enumera algumas das vantagens garantidas por lei aos índios aliados. A autora assim escreveu:

Aos índios aldeados e aliados, é garantida a liberdade ao longo de toda a colonização. Afirma-se, desde o início, que, livres, são senhores de suas terras nas aldeias, passíveis de serem requisitados para trabalharem para os moradores mediante pagamento de salário e devem ser muito bem tratados. (MOISÉS, 1992, p. 117).

Inferimos, através das fontes, que para os indígenas a opção de aldeamento era uma forma de proteger-se ou de constituir aliança com os colonizadores contra seus inimigos. Celestino de

Almeida (2003) pontua que as ameaças que a colonização trouxe aos indígenas, foi o motivo principal para estes recorrerem aos aldeamentos como forma de proteção. Assim a autora argumenta:

A ameaça de extermínio e de escravização somada às dificuldades crescentes de sobrevivência nos sertões – em virtude das guerras intensas com seus contrários e estrangeiros, da diminuição das terras livres, das alterações no meio ambiente e, conseqüentemente, das dificuldades cada vez maiores na exploração de recursos naturais – foram, com certeza, as molas mestras que incentivavam os índios a aldear-se (ALMEIDA, 2003, p. 97).

Desta forma, os indígenas recorriam ao auxílio dos jesuítas para resolução de conflitos. Foi o que aconteceu com um grupo de índios Aruaquis que recorreram ao Padre Felipe Bettendorff para libertar o povo de sua aldeia das mãos dos Guarajus. Inicialmente as etnias que pertenciam aos Aruaquis teriam sido atacadas por portugueses do Brasil que se chamam “Paulistas” ou “os de São Paulo” capturaram muitos de seus parentes, o que compreendia vinte aldeias (BETTENDORFF, 2014, 262r. trad. ARENZ, 2014, p. 10) e os que conseguiram fugir dos paulistas, é relatado por Bettendorff que se tornaram cativos dos Guarajus. Assim ele escreve:

[...]chegaram aos Guarajus que habitam o rio Tocantins e foram injustamente retidos por estes – não sem que os seus sentissem medo, pois eles suspeitaram que seriam ou comidos ou vendidos como escravos pelos Guarajus. Foi então que eles ouviram dos antigos que os padres obunas – assim eles nos chamam por causa da batina preta – são os protetores e os pais dos índios. Por causa disso, disse ele, eles vieram para implorar a nossa ajuda. Com efeito, todos seriam dispostos a descer para se tornarem filhos de Deus e serem governados pelos padres. Eu respondi que deplorava muito o infortúnio de seus parentes, mas também me alegrava – visto que de um mal pode sair o bem –, pois desta maneira eles teriam encontrado a salvação das almas. Eu lhes disse ainda que guardassem o ânimo e que partissem logo no primeiro momento favorável para a navegação, junto com os padres, para arrancar todos das mãos dos Guarajus e para devolver-lhes a liberdade. Eu lhes recomendei que descansassem durante esse tempo e que cuidassem de sua saúde junto ao Padre João Maria Gorzoni, seu amigo. Também, eu disse que olhassem atentamente em sua volta para ver que parte da região lhes agradaria mais do que qualquer outra para servir de morada para os seus (BETTENDORFF, 1671, 262r. trad. ARENZ, 2014, p. 11).

Diante disso, podemos inferir que tornar-se aliado e aldear-se era obter vantagens e proteção contra seus inimigos, além de garantias de terras e liberdade.

Celestino de Almeida (2003) destaca que o abastecimento constante das aldeias, com novos indígenas era uma das características das aldeias missionárias, e que a principal forma de manutenção populacional destas, era a parir dos descimentos.

A expedição de descimento deslocava os índios de origem para reuni-los nas novas aldeias criadas junto aos núcleos portugueses e constituiu, sempre, a principal fonte

de origem e reprodução das populações indígenas nos aldeamentos, tendo sido, portanto, atividade fundamental para a Coroa (ALMEIDA, 2003, p. 79).

Moisés (1992) descreve os descimentos como um movimento estratégico de convencer os indígenas de que o aldeamento lhes seria vantajoso. A autora afirma que geralmente esse “convencimento” se dava através de pactos que garantiam privilégios aos novos aldeados. Dessa forma, era incentivado o bom trato com os indígenas, para que estes fossem persuadidos de que tal decisão era de seu interesse. Celestino de Almeida corrobora com as colocações de Moisés e acrescenta que para que os descimentos fossem bem-sucedidos, devia-se evitar ao máximo os conflitos, pois, “Insatisfações e descontentamentos por parte dos índios, principalmente dos chefes, podiam colocar a perder todo o esforço de “pazes” ou descimentos.” (ALMEIDA, 2003, p. 98).

De acordo com Moisés (1992), o fato de os religiosos desempenharem a função de convencer os indígenas do bom intuito dos aldeamentos, justifica a obrigatoriedade na legislação, que regia os descimentos, da presença de missionários frente as expedições para este fim. Assim, ela explica:

O respeito de que gozavam junto aos gentios, o conhecimento da língua e fato de o principal intento do descimento ser a conversão explicam a importância atribuída à presença de missionários, exclusivamente jesuítas, em vários momentos, ou outros, como na Lei de 10/9/1611 (MOISÉS, 1992, p. 118).

A presença dos religiosos era uma parte muito importante para o bom andamento das missões de descimento, porém, o que as fontes mostram é que sem a boa interação com os chefes indígenas, dificilmente os índios aceitassem ser aldeados sem pressão. Os líderes indígenas cumpriam um papel extremamente importante, já que estes podiam controlar várias aldeias ao mesmo tempo. Dessa forma, o bom êxito dos descimentos e dos aldeamentos estava relacionado não só aos argumentos dos religiosos, mas também nas decisões dos principais indígenas, já que estes podiam incentivar os demais a fazerem boas ou más interpretações das mensagens que os religiosos apresentavam. Sobre isso, Karl Arenz (2016) destaca:

Durante todo o tempo das missões na Amazônia (1617-1759), os principais indígenas tiveram um papel-chave enquanto intermediários entre populações ameríndias, missionários, moradores e autoridades civis ou militares. Sobretudo no início da colonização, o próprio caráter de “fronteira granular” do espaço amazônico fez das alianças com os chefes índios um instrumento de suma importância para lançar as bases de um domínio militar, político e econômico mais cerrado (ARENZ, 2016, p. 175).

Nas fontes podemos ver a importância do papel de intermediário dos chefes indígenas. Em vários trechos das cartas do Padre Felipe Bettendorff é perceptível que as expedições de descimentos tinham êxito negativo ou positivo de acordo com as negociações com os principais das aldeias, que procuravam atender os interesses da maioria dos seus subordinados. Quanto a isso, Maria Regina Celestino de Almeida (2003) destaca que a legislação colonial demonstra claramente o interesse dos indígenas como parte principal para aceitarem serem aldeados. Na carta de agosto de 1671 temos claro exemplo das exigências feitas pelos indígenas como parte do acordo para o descimento de um grupo de índios, do qual Bettendorff não descreve qual seria a etnia. Assim, damos destaque ao trecho seguinte:

Após ter feito tudo isso, ele ficou dois dias nesta primeira aldeia e só então ele seguiu adiante para seis outras aldeias, sempre exortando que eles deixassem as selvas e fossem para junto dos portugueses para se tornarem filhos de Deus e dos padres. Os índios prometeram que assim fosse feito. Mas antes, eles queriam mandar à sua frente observadores que fossem tomar conhecimento da terra e que se familiarizassem com aquilo que encontrassem. Além disso, eles exigiram que as roças fossem feitas primeiramente na região onde elas ficassem mais próximas ao mar [isto é, nas margens do rio Amazonas] e onde o solo fosse bem fértil e propício ao plantio de todas as espécies (BETTENDORFF, 1671, 260r. trad. ARENZ, 2009, p. 4).

A partir desta descrição podemos concordar com Celestino de Almeida (2003) quando diz que os indígenas nem sempre aceitavam de imediato as propostas dos missionários, mas primeiramente analisavam para se certificarem de que a transferência dos grupos para aldeamentos religiosos seria vantajosa, pois estes tinham conhecimento dos intentos dos missionários.

Depois de tudo isso, podemos concluir que aldeamento era o modo de agrupamento de indígenas em aldeias nas imediações dos povoamentos coloniais e os descimentos, eram expedições geralmente conduzidas por colonos, mas obrigatoriamente havia a presença de um jesuíta em tais jornadas, afim de trazer indígenas para serem aldeados e catequizados.

5. RELAÇÃO COM OS COLONOS NA AMAZÔNIA

A data inicial da presença da Companhia de Jesus na Amazônia não é consenso entre os pesquisadores, porém, algumas fontes demonstram que os jesuítas já estavam nesse território nas primeiras décadas do século XVII. No entanto, a missão evangelizadora da Companhia de Jesus só foi se consolidar, de forma mais atuante na região, na segunda metade desse mesmo século, a partir de 1653, com a chegada do Padre Antônio Vieira, que na época era superior da Missão do Maranhão.

Almir Diniz de Carvalho Júnior (2013) e Rafael Chambouleyron (2007) concordam que foi somente com a presença desse religioso na Amazônia que a missão jesuíta na região conseguiu se consolidar e crescer. Os autores argumentam que antes da década de 1650, os trabalhos dos missionários da companhia de Jesus se resumiam em evangelizar e catequizar nas aldeias que visitavam. Foi através das influências políticas de Vieira que os jesuítas estabeleceram o monopólio e vantagens sobre administração dos indígenas. Para Carvalho Junior (2013) esse monopólio se deve, especificamente, a criação do “Regulamento das Aldeias”² instituído na segunda metade do século XVII. Sobre este regulamento o autor diz que:

Por meio desse documento, estabeleceu as diretrizes da missão na Amazônia. Tais orientações, com pouquíssimas mudanças, acabaram vigorando por mais de um século. Esse documento tratava mais diretamente do cotidiano da ação missionária, envolvendo desde a forma da doutrina até a disposição do espaço de moradia dos missionários e índios. Não eram regras apenas para serem seguidas pelos jesuítas, senão por todas as outras ordens. Ao mesmo tempo, a lei de 1655 dava primazia absoluta à Companhia de Jesus quanto à catequese dos indígenas (CARVALHO JUNIOR, 2013, p. 28).

Rafael Chambouleyron (2007) discursa que a partir deste monopólio a Companhia de Jesus conseguiu consolidar seu poder e apostolado na região, no entanto, os motivos que proporcionaram o crescimento desta ordem religiosa na Amazônia, foram os mesmos que “ensejou inúmeros conflitos com moradores e autoridades, sobretudo em torno da mão-de-obra indígena, fundamental na região.” (CHAMBOULEYRON, 2007, p. 77). Sobre isso Karl Heinz Arenz (2016) expõe que:

De fato, a regulamentação do acesso aos braços indígenas, empregados, sobretudo, na coleta e no transporte das drogas do sertão, constituiu um constante pomo de discórdia entre missionários, principalmente os filhos espirituais de Santo Inácio, e os colonos. Interferências diretas na metrópole, por parte dos padres, e levantes violentos dos moradores marcaram a segunda metade do século XVII (ARENZ, 2016, p. 4).

A convivência entre colonos e missionários ficou muito distante de ser uma relação pacífica e, a tensão entre eles durou anos. A interferência e o controle dos jesuítas nos assuntos relacionados aos descimentos e administração dos indígenas eram os pontos principais de discórdia entre esses dois grupos. Karl Arenz (2010) afirma que o controle sobre a aquisição e uso da mão de obra indígena pelos jesuítas e o acesso restrito dos colonos a estas foram os grandes motivos das muitas contendas entre esses dois grupos e também o objeto de ira da

² Documento redigido pelo padre Antônio Vieira, na segunda metade do século XVII, enquanto este estava como Visitador das missões amazônicas. O regulamento tinha como intuito organizar e instruir os missionários quanto a prática missionária e o bom andamento dos trabalhos nas aldeias.

população durante os levantes contra os religiosos. Dentre tais motivos estavam a implantação de leis de 1680, em que metrópole deu continuidade à sua política de reforma no Estado do Maranhão e Grão-Pará tais como a continuação das repartições anuais dos índios aldeados e o monopólio jesuítico sobre os descimentos índios do “sertão”, e, também a fundação de novos aldeamentos (ARENZ, 2010, p. 44-45).

Só da Amazônia, os jesuítas foram expulsos pelos colonos três vezes, em 1661, 1684 e 1759. Felipe Bettendorff descreve detalhes sobre a primeira expulsão dos jesuítas na primeira carta.

Eu fui então missionário durante um período de seis ou sete meses, não mais. Todos nós cultivávamos com muito zelo e alegria da alma esta vinha do Senhor, com uma tão copiosa colheita, quando o inimigo perigosíssimo do gênero humano excitou os ânimos do povo contra nós com argumentos – como de costume – falsos, persuadindo-o a, após nos ter expulsado do Estado, dominar os índios a seu bel-prazer e a pô-los, um a um, à frente de cada uma das aldeias (que eles chamavam “de administração”). A coisa desenvolveu-se no sentido de que nós fôssemos todos presos: detentos ora em certos prédios das cidades, ora nos próprios navios (nos quais eles pensavam nos enviar para Portugal). Os padres que se encontravam em São Luís do Maranhão zarparam, junto com o Padre Antônio Vieira, por ordem do povo em fúria, e foram encaminhados para Portugal (BETTENDORFF, 1671, fl.279r. trad. ARENZ, 2013, p. 298).

Maria Regina Celestino de Almeida (2003) pontua que a administração sobre os indígenas era vantajosa e não era raro os moradores da colônia brasileira solicitarem autorização para este fim. Assim, a autora destaca:

Descer índios, construir aldeamentos e administrar aldeias eram atividades interessantes também para os colonos, podendo significar a possibilidade de ter controle sobre um grande contingente de índios ou privilégio na repartição do seu trabalho e, não raramente, eles pediam permissão para realiza-las, principalmente no século XVII, quando os escravos negros eram caros e poucos acessíveis (ALMEIDA, 2003, p, 110).

Com isso, o descontentamento dos moradores dos Estados do Maranhão e Grão-Pará do século XVII contra os padres jesuítas, não era sem fundamento, pois eles estavam sujeitos a interferência dos religiosos, nos assuntos que envolviam o uso da mão de obra indígena, deixando muitas vezes de ter vantagens com a concentração da administração do trabalho indígenas nas mãos dos religiosos. Estes tinham por lei o direito de intervir nestes assuntos e tinham prioridade frente as missões de descimentos, onde era obrigatória a presença de um religioso e sem a qual não poderiam ser realizadas pelos colonos.

Almeida (2003) destaca que a exigência da presença de missionários nas expedições de descimentos, tinha a intenção de impedir as irregularidades por parte dos colonos.

Bettendorff deixa bem evidente que o ponto que causava atrito entre os colonos e os religiosos era a discordância nas decisões que envolviam as leis indígena. Assim ele destaca:

Um determinado assunto cria confusão; trata-se evidentemente dos diferentes posicionamentos dos moradores acerca das leis. Na verdade, nunca todos estão de acordo no que diz respeito às leis concernentes à administração dos índios e ao resgate de escravos. O que uma câmara decide que tem que ser observado, a outra – apesar de ser a mesma matéria – nega que tem que ser observado. Certos moradores reivindicam que toda a administração deveria ficar com os governadores, já outros com eles mesmos. Daqui nascem as divisões e a ruína do Estado, nas quais estamos sendo cada vez envolvidos, e geralmente contra a nossa vontade, porque nestes assuntos nós nos mantemos estritamente neutros (BETTENDORFF, 1674, f. 35v. trad. ARENZ, 2009, p. 155).

Podemos perceber, no trecho destacado, que as leis referentes a administração temporal dos indígenas era ponto de discórdia não só entre colonos e religiosos, mas também entre os próprios moradores não religiosos. Dessa forma, as fontes mostram que os colonos, mesmo tendo interesses semelhantes, não eram um grupo coeso, já que as divergências sobre assuntos comuns a todos eram recorrentes. Carvalho Junior (2005) esclarece o porquê dos constantes conflitos entre este grupo.

A distância da metrópole e o pouco número de europeus e funcionários da coroa tornavam o trabalho de controle mais complicado. Os problemas eram variados. Os governadores, que deveriam ser os representantes do rei naquelas terras, exerciam, muitas vezes, um poder absoluto. Por sua vez, existia uma enorme autonomia das Câmaras das duas principais cidades do estado, o que naturalmente criava conflitos. Abusos de autoridade dos bispos e demais membros eclesiásticos não eram também incomuns. Ao mesmo tempo, os capitães-mores detinham enorme privilégio e os magistrados protagonizavam conflitos frequentes em função da complicação trazida pelas incertezas e reformas constantes das leis. Tudo isto tornava o ambiente inflamável. Qualquer fagulha de desentendimento tomava proporções devastadoras, criando conflitos cada vez mais constantes entre os funcionários públicos, a igreja e os membros mais ilustres e poderosos das duas capitânicas (CARVALHO JUNIOR, 2005, p. 73-74).

Haviam interesses distintos sobre o mesmo assunto, e sempre que necessário era utilizada a influência que se tinha perante as autoridades superiores para adquirir vantagens na resolução dos conflitos. Ainda que no trecho destacado mais acima o padre afirme que os religiosos se mantinham neutros referente aos assuntos do Estado, suas cartas demonstram contradição nessas palavras. O que percebemos durante as leituras, é que os jesuítas possuíam muita influência na política local, e esta era utilizada em favor da Companhia de Jesus nos assuntos em que a Ordem religiosa tinha interesse. Foi o que aconteceu quando os colonos, por estarem descontentes com as leis de administração da mão de obra indígena, decretaram que os missionários jesuítas estavam proibidos de participarem das missões de descimentos. No

entanto, Bettendorff conseguiu, através de sua relação com o governador, reverter a decisão. Assim ele relata o ocorrido:

Faz agora mais ou menos nove meses que fui chamado à câmara; desculpei-me, em parte, porque todos os superiores com o vigário geral deveriam estar presentes – mas o capitão-mor e o ouvidor não estavam presentes –, em parte, porque ouvi que eles tratariam de assuntos políticos concernentes à lei. Eles se sentiram muito ofendidos e baixaram um decreto, feito contra o espírito da lei, que nunca se enviaria padres da Companhia às missões. Quando ouvi o que foi feito por eles, fui ter com cada um deles e restabeleci a relação amigável anterior. E tendo o Senhor Governador partido para Belém do Grão-Pará, eu suprimi em sessão pública da câmara o decreto injusto, e ele, o governador, mandou acrescentar as razões pela ab-rogação com um grande elogio referente ao meu nome, como ele mesmo me falou. Não muito tempo depois, Deus assim o quis, todos os meus inimigos foram condenados a multa e desterrados para o Reino (BETTENDORFF, 1674, f.35v. trad. ARENZ, 2009, p. 155-156).

Na carta de agosto de 1671, ao mencionar a escolha de um chefe de capitania, indicado por ele, para substituir outro que interferia nos trabalhos de um padre jesuíta que estava sob seu comando, também fica clara a grande influência que o padre Felipe Bettendorff tinha na região. No relato sobre as atividades de seu padre, o Superior conta:

Pela carta que recebi dele e pelo que entendi e ouvi através do superior da Casa de Santo Alexandre, ele nunca descansou, mas percorre – há quase dois anos – de maneira constante e incansável as missões dos Bocas e dos Nheengãbas e as de todo o rio Amazonas, com muito engajamento pessoal e proveito para as almas. Também me dei conta o quanto ele sofreu da parte do chefe de sua capitania, um homem militar e pouco cultivado. Mas este foi punido não muito tempo depois. De fato, ele foi destituído de seu cargo pelo governador do Estado. No seu lugar foi instituído como sucessor um grande amigo nosso que eu tinha indicado (BETTENDORFF, 1671b, 265r. trad. ARENZ, 2014, p. 23).

Diante disso, percebemos o que é afirmado por Chamboleyron, Arenz e Neves Neto (2011), que as atividades dos inicianos na colônia estavam para além das funções religiosas, mas que eram utilizadas para fortalecer a posição política entre os portugueses.

Para Maria Regina Celestino de Almeida (2003) a força política que os jesuítas conquistaram perante as autoridades, vinha do reconhecimento que estes religiosos tinham por causa da “atuação junto às populações indígenas, sobretudo no que diz respeito à organização e funcionamento das aldeias indígenas, tão essenciais para a expansão das fronteiras portuguesas.” (ALMEIDA, 2003, p. 82). E é exatamente isso que podemos inferir dos escritos de Bettendorff, que a influência exercida por ele, enquanto Superior da Missão Jesuíta no Maranhão, se dava pelo fato da companhia de Jesus deter o poder sobre a administração dos indígenas.

6. RELAÇÃO COM OS INDÍGENAS

De acordo com Almir Diniz de Carvalho Júnior (2013) foi por causa do apoio e proteção da Coroa Lusitana que a Companhia de Jesus conseguiu se instalar na região do Maranhão e Grão-Pará, sendo a ordem religiosa mais privilegiada, dentre as que se aventuravam pelas novas terras no período colonial. Ele destaca ainda que os interesses da Companhia de Jesus na capitania do Maranhão e Grão-Pará complementavam os objetivos coloniais. O autor elucida que,

O Estado português os financiava e, em contrapartida, as ordens se responsabilizavam pela catequese do gentio e pela assistência intelectual e espiritual aos colonos. As obrigações em converter o gentio não se restringiam ao âmbito espiritual. Fazia parte do programa de conversão modificações profundas no seu comportamento, como: a erradicação de seus hábitos de nomadismo; o preparo técnico para trabalhos nos ofícios mecânicos; a mudança na organização espacial de suas antigas tribos, transformando-as em núcleos urbanos; a criação de um regime de trabalho disciplinado e de base agrícola; por fim, a reforma dos seus modos de vida social, criando a estrutura e os vínculos da família cristã. O objetivo maior desse “projeto de conversão” era transformá-los em vassallos úteis e cristãos (CARVALHO JUNIOR, 2013, p. 25).

Na tentativa de cumprir os objetivos de conversão do gentio, os jesuítas passaram a coibir atos e rituais da cultura indígena, tornando-os crime com punições severas. Muitas vezes as transgressões eram denunciadas pelos próprios nativos. Felipe Bettendorff relata o caso de um “falso culto de salvação”, que foi delatado por um indígena que insistiu para que o padre presenciasse o ritual, afim de punir os envolvidos. De acordo com os escritos na carta de agosto de 1671, um feiticeiro foi preso por estar desempenhando uma espécie de culto religioso, em que havia a mistura de rituais cristãos e práticas de pajelança. Segundo o relato do Padre, o pajé, que a parentava estar em estado de transe, ministrava o que pode ser considerado ritos da comunhão católica, onde o curandeiro entregava pão representando a hóstia e ouvia confissões dos demais índios, enquanto pronunciava rezas que fazia durante as suas danças xamânicas (BETTENDORFF, 1671b, 264r. trad. ARENZ, 2014 p.16,17). Sobre esse episódio o padre demonstra inflexibilidade diante dos costumes indígenas, pois, considerou o ocorrido erro grave e decidiu entregar os envolvidos ao vigário geral sob acusação de falsa cerimonia de salvação. Karl Arenz (2014) pontua que a construção de novas expressões religiosas pelos indígenas se dava pela ressignificação que estes faziam dos ritos cristãos, criando novos rituais com a mistura de símbolos cristãos e indígenas. De acordo com o autor, o fato de os missionários administrarem de maneira ostensiva os ritos sacramentais fazia com que os indígenas acabassem se apropriando dos “gestos e fórmulas próprias da missa e da confissão, além de

lançar mão do conceito abstrato da salvação, onipresente nos discursos homilético e catequético, mas desconhecido na cosmovisão xamânica. ” (ARENZ, 2014, p. 78).

Bettendorff apresenta nas cartas muitos casos em que os indígenas criaram novos significados para os sacramentos cristãos e os relacionaram, por muitas vezes, com algo não bom. É o caso de uma mãe indígena que fugiu com seu filho para que esse não fosse batizado, pois temia que ele morresse após o ato. No entanto, após ser convencida pelos religiosos de que seu filho não sofreria nenhum mal, acabou cedendo e permitiu que o sacramento cristão fosse realizado. O padre explica o porquê de a mulher sentir tal medo:

De fato, a providência de Deus é tal que muitos dos pequeninos morrem naquele estado de inocência. Fazendo lembrar esta frase, a mulher não queria que o filho fosse batizado para que ele não perecesse eventualmente logo depois da cerimônia. Finalmente, nós a convencemos de que o contrário era verdade e ela trouxe então o seu filho a ser batizado junto com outros (BETTENDORFF, 1671b, trad. ARENZ, 2014 p. 14).

Como vemos, os indígenas interpretavam e assimilavam os ritos cristãos de acordo com suas experiências. Assim, era necessário que os religiosos não fossem tão rígidos quanto o exercício dos discursos, transformando-os dando sentidos diferentes para efeito de melhor interpretação. Segundo Arenz (2014) era comum que os missionários buscassem flexibilizar a linguagem catequética para melhor ser assimilado pelos indígenas, por estes estarem constantemente fazendo novas interpretações da evangelização, ficando os jesuítas impossibilitados de exigir de maneira rigorosa o que o discurso catequético pregava. “Assim, no intento de eliminar diferenças e (re)integrar o “selvagem” à humanidade, os religiosos viram-se forçados a ressignificar constantemente a mensagem e as práticas cristãs por eles divulgadas. ” (ARENZ, 2014, p. 66). Dessa forma, adquiriam a confiança de muitos grupos, que viam na figura destes religiosos a oportunidade de proteção e liberdade perante as ameaças da colonização.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cartas ânuas escritas pelo padre João Felipe Bettendorff nos trazem, de certa forma, uma narrativa que apresenta, de forma sucinta, como se deu a colonização na Amazônia, a partir dos olhos europeus e jesuíta, do século XVII. O estudo dessas fontes relata o frágil, porém dinâmico, convívio entre jesuítas, indígenas e colonos no território amazônico colonial.

A partir das fontes vimos que a relação entre os diferentes sujeitos presentes na Amazônia era complexa e delicada, onde cada grupo punha em prática suas influências para ter acesso ao que desejavam. Dessa forma, pudemos constatar que ainda que os agentes colonizadores, que se estabeleceram em território amazônico, estivessem sob ordens das leis estabelecidas pela coroa, estes dinamizaram suas vivências e interações no intuito de alcançarem seus interesses, mostrando que as decisões tomadas no interior da colônia, nem sempre estavam ligadas aos objetivos da metrópole.

As relações entre os religiosos e colonos girava em torno do jogo de poder pelo domínio dos indígenas, fosse para evangelização ou pelo uso do trabalho deste, e que os jesuítas tinham certas vantagens através da legislação vigente que lhes possibilitava exercer grande influência sobre os demais. Ainda assim, estes religiosos, por diversas vezes, eram obrigados a ceder e negociar. É perceptível a preocupação de Bettendorff em manter um número seguro de missionários com o objetivo de assegurar a hegemonia jesuíta nas colônias, negociando o seu trabalho em troca de proteção ou vantagens. A falta de resposta as suas súplicas feitas através das correspondências enviadas a seu superior, a quem ele se referia como “Vossa Reverenda Paternidade”, o deixava apreensivo pela incerteza do futuro da Missão Jesuíta na Amazônia.

Para Bettendorff, era de suma importância manter o predomínio e prestígio jesuíta nas missões, e assim, assegurar a influência religiosa e política, mesmo com toda problemática que envolvia indígenas e colonos, somada a vastidão amazônica e suas adversidades peculiares, os interesses conflitantes dos sujeitos envolvidos no contexto Jesuítas x Colonos, os abusos de autoridades, tanto de governadores quanto de eclesiásticos dentre outros reveses resultantes do convívio com os indígenas, que tinham consciência da sua importância.

Pudemos visualizar nas descrições de Bettendorff um indígena atuante em decisões e negociações e não somente passivo de receber ordens e servidão sem contestar. Diferente do que antes era apresentado na historiografia, as cartas de Felipe Bettendorff nos mostram um indígena cheio de alteridade, conhecedor dos interesses do colonizador e que utilizava de sua percepção para adquirir vantagens. A partir das fontes fica claro que sem atender os desejos dos gentios, os aldeamentos missionários não teriam tanto sucesso.

As cartas selecionadas como objetos de análise, demonstram e permitem uma grande diversidade de temas que não é possível abordar neste trabalho, pois desviaríamos do ponto inicial de nossas questões. No entanto, podemos concluir que as cartas ânuas são importantes fontes da História, e que ainda tem muito a oferecer como base à estudos de futuras pesquisas relacionadas ao Brasil Colônia e seus indivíduos partícipes. Apesar da vasta gama de estudos científicos nesses últimos anos sobre a temática colonização amazônica, ainda existem questões que precisam ser mais aprofundadas. Assim como o padre Felipe Bettendorff outros jesuítas enviavam informes e cartas para cúria central jesuíta em Roma, então temos um acervo histórico muito rico em informações sobre a atuação da Companhia de Jesus no território luso-brasileiro.

REFERÊNCIAS

DOCUMENTAL

BETTENDORFF, João Felipe. [**Correspondência**]. Destinatário: Reverendos Padres e caríssimos irmãos em Cristo. Maranhão, 5 fev. 1671. 1 carta. Tradução de ARENZ, Karl Heinz. “NÃO SAULOS, MAS PAULOS”: UMA CARTA DO PADRE JOÃO FELIPE BETTENDORFF DA MISSÃO DO MARANHÃO (1671). REVISTA DE HISTÓRIA SÃO PAULO, N° 168, p. 271-322, janeiro / junho 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rh/a/ZSnCvkX8NQjcXwC5nRKNBwd/?lang=pt>. Acesso em: 16 de nov. de 2018.

BETTENDORFF, João Felipe. [**Correspondência**]. Destinatário: Padre João Paulo Oliva. Maranhão, ago. 1671. 1 carta. Tradução de ARENZ, Karl Heinz, 2014.

BETTENDORFF, João Felipe. [**Correspondência**]. Destinatário: Reverendo Pai em Cristo. Belém do Grão-Pará, 1674. 1 carta. Tradução de ARENZ, Karl Heinz. “Agonia da missão – ruína do Estado”: uma carta do padre João Felipe Bettendorff (1674). Revista Estudos Amazônicos. Vol. IV, n° 1, p. 145-164, 2009. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=%E2%80%9CAgonia+da+miss%C3%A3o+%E2%80%93+ru%C3%ADna+do+Estado%E2%80%9D%3A+uma+carta+do+padre+Jo%C3%A3o+Felipe+Bettendorff+%281674%29&btnG=. Acesso em: 16 de out. 2018.

BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Celestino de. Metamorfoses indígenas: identidades e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ARENZ, Karl Heinz. “SEM EDUCAÇÃO NÃO HÁ MISSÃO”: a introdução da formação jesuítica no Maranhão e Grão-Pará (Século XVII). Outros Tempos, vol. 13, n. 21, p. 1-20, 2016. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/511. Acesso em: 25 de set. 2018.

ARENZ, Karl Heinz. Além das doutrinas e rotinas: Índios e missionários nos aldeamentos jesuíticos da Amazônia portuguesa (séculos XVII e XVIII). Revista História e Cultura. São Paulo. v.3, n.2, p. 63-88, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/285227982_Alem_das_doutrinas_e_rotinas_indios_e_missionarios_nos_aldeamentos_jesuisticos_da_Amazonia_portuguesa_seculos_XVII_E_XVIII_Beyond_doctrines_and_routines_indians_and_missionaries_in_the_Jesuit_Reduction. Acesso em: 25 de set. 2018

ARENZ, Karl Heinz. Do Alzette ao Amazonas: vida e obra do padre João Felipe Bettendorff (1625-1698). Revista Estudos Amazônicos. Vol. V, n° 1, p. 25-78, 2010. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/artigo:arenz-2010>. Acesso em: 25 de set. 2018.

ARENZ, Karl Heinz. Lacaios ou líderes: Os principais indígenas nos aldeamentos jesuíticos da Amazônia portuguesa (século XVII). In *Novos olhares sobre a Amazônia Colonial / organização Rafael Chambouleyron, José Alves de Souza Junior*. – 1. Ed. – Belém. Paka – Tatu. 2016.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. A ordem da missão e os jogos da ação: conflitos, estratégias e armadilhas na Amazônia do século XVII. *Revista Tempo* | Vol. 19 n. 35. Manaus 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/fwZwPBBVxLZjVHxNCZ3by8G/?lang=pt>. Acesso em: 22 de nov. 2020.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. Índios cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <https://www.cpei.ifch.unicamp.br/biblioteca/indios-crist%C3%A3os-convers%C3%A3o-dos-gentios-na-amaz%C3%B4nia-portuguesa-1653-1769>. Acesso em: 11 de nov. 2020.

CHAMBOULEYRON, Rafael. ARENZ, Karl Heinz. NETO, Raimundo Moreira da Neves. “Quem doutrine e ensine os filhos daqueles moradores”: A companhia de Jesus, seus colégios e o ensino na Amazônia colonial. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, número especial, p. 61-82, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639954>. Acesso em: 16 de out. 2018.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Os jesuítas e o ensino na Amazônia Colonial. Em Aberto, Brasília, v. 21, n. 78, p. 77-91, 2007. <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2440>. Acesso em: 22 de nov. 2020.

LONDOÑO, Fernando Torres. Contato, guerra e negociação: redução e cristianização de Maynas e Jeberos pelos jesuítas na Amazônia no século XVII. *História Unisinos*. Vol. 11 Nº 2, p. 192-202, Maio/Agosto 2007. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/5891>. Acesso em: 25 de nov. 2020.

LONDOÑO, Fernando Torres. Escrevendo Cartas. Jesuítas, Escrita e Missão no Século XVI. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 43, p. 11-32, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/Tm5jPtWrVj7HwSHNSP6DrBN/?lang=pt>. Acesso em: 11 de nov. 2020.

MOISÉS, Beatriz Perrone. Índios livres e índios escravos: Os princípios da legislação indigenista do período colonial (século XVI a XVII). In *História dos índios no Brasil / organização Manuela Carneiro da Cunha*. São Paulo. Companhia das letras 1992.

OLIVEIRA, Fábio Falcão. Educação jesuítica; século XVII: Alexandre de Gusmão e o Seminário de Belém da Cachoeira. Tese (doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2361>. Acesso em: 09 nov. 2020.

PÉCORA, Alcir. A arte das cartas jesuíticas do Brasil. In: Idem. *Máquina de gêneros*. São Paulo: edusp, 2001, p. 17-68. Disponível em:

<https://pt.scribd.com/document/374120089/Maquina-de-Generos-Alcir-Pecora-Excerto>.
Acesso em: 21 fev. 2022.

ANEXO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Ata de Defesa Pública do Trabalho de Conclusão de Curso

Ata de Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em História do(a) discente Claudio Patrício Souza Gemaque.

Aos 17 dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu-se a banca examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em História apresentado pelo(a) discente Claudio Patrício Souza Gemaque, intitulado: *O JESUÍTA, O INDÍGENA E O COLONO NA AMAZÔNIA SEISCENTISTA: UM ESTUDO DE TRÊS CARTAS ÂNUAS DO PADRE FELIPE BETTENDORFF NOS ANOS DE 1671 E 1674*. Compôs a banca examinadora a professora Vanice Siqueira de Melo. Após a exposição oral, o(a) discente foi arguido(a) pela componente da banca e, posteriormente, reuniram-se reservadamente e decidiram pela aprovação, com a nota 8,5. Nada mais havendo a tratar, a ata foi lavrada e assinada pelos membros da banca examinadora.

Orientador: Gefferson Ramos Rodrigues: _____

Avaliador 1: Vanice Siqueira de Melo: _____